CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 054/2026

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 042/2026

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE FRANCINÓPOLIS – PI E A EMPRESA **EMPÓRIO B2G LTDA**.

A **PREFEITURA DE FRANCINÓPOLIS – PI**, com sede na Praça Newton Campelo, n° 193, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.° 06.554.919/0001-03, neste ato representado pelo **Sr. Antonio Luiz Dantas da Fonsêca**, Prefeito de Francinópolis – PI, portador do CPF/MF n° 183.xxx.xxx-87, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n° 042/2026 e em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n° 006/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **aquisição de materiais de limpeza e utensílios de cozinha para atender necessidade das secretarias do Município de Francinópolis – PI**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, e conforme detalhamento abaixo:

EMPRESA: EMPÓRIO B2G LTDA					
CNPJ: 65.012.235/0001-49					
ENDEREÇO: Avenida Alberto Leal Nunes, S/N, Loja 05, Alto do Balanço, CEP: 64.490-000, Regeneração – PI.					
REPRESENTANTE: Hendrewel Ferreira Nunes			**CPF: 025.xxx.xxx-17**		
E-MAIL: b2g@gruppoemporio.com.br			**TEL.: (47) 99974-3570**		
DADOS BANCÁRIOS: Banco do Brasil, Agência: 1122-3, Conta: 30974-5.					
Item	**Especificação**	**Marca**	**Qnt.**	**Valor**	
				Unitário	**Total**
6	BALDE DE PLÁSTICO 15 LITROS, COM ALÇA DE METAL	Merconplas	165 UND	9,17	1.513,05
8	BOTA DE PVC BRANCO, CANO CURTO, N° 34 A 44	Bracol	55 PAR	32,89	1.808,95
9	DESENTUPIDOR DE PIA EM PVC SANFONADO COM CABO	Forsan	84 UND	4,38	367,92
14	ESCOVA DE LIMPEZA DE USO GERAL, COM BASE DE PLÁSTICO EM FORMATO OVAL E CERDAS EM NYLON, MEDINDO APROX. 11,6 X 6,6 X 4,1 CM	Condor	169 UND	2,88	486,72
15	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO, BASE EM PLÁSTICO E POLIPROPILENO, COM SUPORTE.	Lorenzon	88 UND	2,59	227,92
16	ESPANADOR DE PÓ 50 CM, FEITO COM PENAS NATURAIS, COM CABO DE MADEIRA.	Triadelog	110 UND	3,89	427,90
20	FILTRO REFIL FLEX PARA PURIFICADOR DE ÁGUA ACQUAFLEX LIBELL ORIGINAL	Acquaflex	17 UND	43,99	747,83
22	FLANELA DE ALGODÃO PARA LIMPEZA, 38 X 58 CM.	União Textil	788 UND	1,99	1.568,12
23	FÓSFORO, MAÇO DE 20 CAIXAS COM 40 PALITOS	Olho	110 MÇO	2,29	251,90
24	FRASCO PLÁSTICO COM VÁLVULA PUMP 500 ML (DISPENSER).	Clean Master	139 UND	2,89	401,71
25	FRASCO PLÁSTICO PULVERIZADOR 500 ML, (BORRIFADOR) COM VÁLVULA SPRAY.	Clean Master	224 UND	2,89	647,36
27	ISQUEIRO GRANDE	Bic	80 UND	1,59	127,20
28	LÃ DE AÇO PACOTE COM 8 UNIDADES	Assolan	550 PAC	1,39	764,50
34	LUVA DE LÁTEX FORRADA PARA LIMPEZA, CANO LONGO, TAM. G	Sanro	68 PAR	4,49	305,32
35	LUVA DE LÁTEX FORRADA PARA LIMPEZA, CANO LONGO, TAM. M	Sanro	161 PAR	3,86	621,46
38	MANGUEIRA PARA JARDIM 50M ½	Tramontina	61 UND	43,00	2.623,00

39	MÁSCARA DESCARTÁVEL DUPLA EM TNT, COM CLIPE NASAL E ELÁSTICO, C/50 UND.	Wkflex	1.573 CX	11,23	17.664,79
40	MOP ÚMIDO ESFREGÃO PARA BALDE ESPREMEDOR, COM CABO DE COMPRIMENTO REGULÁVEL ATRAVÉS DE ROSCA PLÁSTICA, GARRA E REFIL EM ALGODÃO E MICROFIBRA.	Noviça	11 UND	59,76	657,36
41	PÁ DE METAL PARA LIXO, COM CABO LONGO EM MADEIRA REVESTIDA DE PLÁSTICO.	Caiçara	103 UND	7,49	771,47
42	PANO DE CHÃO, SACO, ALVEJADO, EM ALGODÃO, MEDINDO 60X80 CM.	União Textil	594 UND	3,39	2.013,66
43	PANO DE PRATO EM ALGODÃO, ALVEJADO, MEDINDO 40X70 CM.	União Textil	429 UND	2,39	1.025,31
44	PAPEL ALUMÍNIO PARA EMBALAR ALIMENTOS, ROLO COM 4M X 30CM	Termica	587 RL	3,26	1.913,62
55	SACO PARA LIXO PRETO REFORÇADO, 100 L, PACOTE COM 05 UNIDADES.	Patinho	4.950 PAC	2,21	10.939,50
56	SACO PARA LIXO PRETO REFORÇADO, 50 L, PACOTE COM 10 UNIDADES.	Patinho	3.438 PAC	2,34	8.044,92
61	TOUCA DESCARTÁVEL DE TNT NA COR BRANCA, CAIXA COM 100 UNIDADES	Vabene	1.023 CX	7,29	7.457,67
62	VASSOURA COM CERDAS DE NYLON DURO, REFORÇADA, COM CABO DE MADEIRA REVESTIDA DE PLÁSTICO, IDEAL PARA LIMPEZA OU VARRIÇÃO PESADA	Limpabela	1.085 UND	8,29	8.994,65
63	VASSOURA COM CERDAS DE NYLON MACIO, COM CABO DE METAL OU MADEIRA REVESTIDO DE PLÁSTICO, IDEAL PARA LIMPEZA OU VARRIÇÃO DE PISOS LISOS	Condor	1.329 UND	8,29	11.017,41
64	VASSOURA DE PALHA, 50 CM.	Maranhão	643 UND	2,09	1.343,87
65	AMOLADOR AFIADOR DE FACAS E TESOURAS 4 EM 1 DIAMANTADO PROFISSIONAL, PRODUTO DE ALTA QUALIDADE INDICADO PARA AFIAR FACAS E TESOURAS COM LÂMINAS DE AÇO INOX, CABO ANATÔMICO COM DETALHES EMBORRACHADOS, BASE EMBORRACHADA. MEDIDAS APROXIMADAS: 20 X 5 CM, PESO 175 GRAMAS.	Mor	69 UND	16,99	1.172,31
67	ASSADEIRA GRANDE DE ALUMÍNIO POLIDO, DIMENSÕES: 45 CM DE COMPRIMENTO X 30 CM DE LARGURA X 7 CM DE ALTURA, CAPACIDADE: 8,4 L.	Nacional	44 UND	28,40	1.249,60
68	BACIA DE PLÁSTICO 11 L	Merconplas	127 UND	10,80	1.371,60
69	BACIA DE PLÁSTICO 3 L	Merconplas	77 UND	3,99	307,23
70	BACIA DE PLÁSTICO 5 L	Merconplas	138 UND	4,94	681,72
71	BACIA DE PLÁSTICO GIGANTE EM POLIPROPILENO, DIMENSÕES: ALTURA: 28 CM DIÂMETRO 65 CM, CAPACIDADE PARA 66 LITROS, COR CLARA.	Merconplas	33 UND	28,00	924,00
72	BALANÇA PESADORA ELETRÔNICA DIGITAL DE BANCADA, BIVOLT, CAPACIDADE MÍNIMA PARA 30 KG	Toledo Prix	11 UND	267,00	2.937,00
77	BATEDEIRA PLANETÁRIA 5 L, COM SELO DO INMETRO, CONSUMO DE ENERGIA A	Electrolux	15 UND	319,00	4.785,00
78	BOTIJÃO 13 KG PARA GÁS DE COZINHA (GLP). VASILHAME NOVO, SEM GÁS, PARA USO DOMÉSTICO, FABRICADO COM CHAPA DE AÇO RESISTENTE, DE ACORDO COM AS NORMAS DO INMETRO (PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO).	Ultras	47 UND	157,60	7.407,20
81	CAÇAROLA DE ALUMÍNIO Nº 35	Ironte	14 UND	98,99	1.385,86
82	CAÇAROLA DE ALUMÍNIO Nº 45	Ironte	17 UND	136,99	2.328,83
83	CAFETEIRA ELÉTRICA COM JARRA TÉRMICA INOX 0,7 L COM FUNÇÃO ANTIGOTEJAMENTO EVITANDO QUE, AO FINAL DO PREPARO, UM POSSÍVEL RESIDUAL DE ÁGUA CAIA SOBRE A BASE. COM FILTRO REMOVÍVEL, LAVÁVEL E	Oster Black	14 UND	98,00	1.372,00

	REUTILIZÁVEL. TENSÃO: 220 V. POTÊNCIA: 600 W. CONSUMO: 0,6 KW/H.				
84	CAIXA PLÁSTICA VAZADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. MEDIDAS EXTERNAS: 550 X 355 X 310 MM. MEDIDAS INTERNAS: 520 X 320 X 300 MM (COMP X LARG X ALT). PESO APROXIMADO: 1,790 KG. COR BRANCA.	Merconplas	105 UND	29,99	3.148,95
85	CAIXA PLÁSTICA VAZADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. MEDIDAS EXTERNAS: 765 X 570 X 315 MM. MEDIDAS INTERNAS: 730 X 530 X 290 MM (COMP X LARG X ALT). COR BRANCA.	Merconplas	88 UND	35,99	3.167,12
89	COADOR DE CAFÉ, DE TECIDO ALVEJADO NA COR BRANCA, COM CABO DE PLÁSTICO.	União Textel	240 UND	1,40	336,00
90	COLHER DE ALUMÍNIO GRANDE, CABO DE 37 CM APROXIMADAMENTE	Kayo	76 UND	8,99	683,24
95	COPO DE VIDRO, 280 ML, KIT COM 6 UNIDADES	Carisma	57 KIT	13,49	768,93
96	COPO EM AÇO INOX COM BORDA. ALTURA: 10 CM DIÂMETRO BOCA: 6,5 CM. DIÂMETRO BASE: 4,5 CM. CAPACIDADE: 250 ML. ESPESSURA: 1 MM. BORDA COM VIROLA PARA NÃO CORTAR A BOCA NA HORA DE BEBER.	Tramontina	1.650 UND	3,99	6.583,50
97	CUSCUZEIRA DE ALUMÍNIO N° 30	Nacional	33 UND	94,40	3.115,20
98	CUSCUZEIRA DE ALUMÍNIO POLIDO 1,5 LITROS, COMPOSTA POR UM CANECO DE ALUMÍNIO REFORÇADO PARA FERVER ÁGUA (16CMX12CM) COM CAPACIDADE PARA 1,5 L E UMA PEÇA DE ALUMÍNIO PARA FAZER O CUSCUZ (8CMX10,5CM) COM RESPECTIVOS CABOS DE BAQUELITE.	Nacional	22 UND	36,99	813,78
100	CUTELO PROFISSIONAL EM AÇO INOX, 28, 5CM. CABO PLÁSTICO ANATÔMICO RESISTENTE. TAMANHO TOTAL: 28,5 CM. TAMANHO DA LÂMINA: 15,5 CM. ESPESSURA DA LÂMINA: 2 MM. CABO: 13 CM. PESO: 235 G. COR DO CABO BRANCO.	Original	48 UND	12,99	623,52
101	DEPOSITO PLASTICO RETANGULAR COM TAMPA, COM CAPACIDADE PARA 6,5 L	Sanremo	237 UND	24,78	5.872,86
103	DISPENSER PARA COPOS DESCARTÁVEIS	Jsn	44 UND	46,38	2.040,72
114	FORMA REDONDA GRANDE COM FURO NO MEIO PARA BOLO. DIÂMETRO: 28 CM. ALTURA: 9 CM. FUNDO: 24 CM. CONE PARTE DE CIMA: 5 CM. CONE PARTE DO FUNDO: 9 CM ALTURA DO CONE: 8 CM. CAPACIDADE: 4 L. ESPESSURA: 0,9 MM. PESO: 218 G. MATERIAL: ALUMÍNIO POLIDO DE ALTA QUALIDADE.	Nacional	44 UND	44,80	1.971,20
115	FRIGIDEIRA ANTIADERENTE, COM TAMPA, EM ALUMÍNIO COM REVESTIMENTO ANTIADERENTE STARFLON, COM CABO EM BAQUELITE ANTITÉRMICO. CAPACIDADE MÍNIMA: 3,10 L.	Nacional	61 UND	40,78	2.487,58
116	FRIGIDEIRA DE ALUMÍNIO PARA TAPIOCA E PANQUECA, ANTIADERENTE 1,8 LITROS. DIMENSÕES: 45,8 CM (C) X 26,4 CM (D) X 8,4 CM (A). ESPESSURA: 2,2 MM. MATERIAIS: ALUMÍNIO COM CABO EM BAQUELITE.	Nacional	55 UND	47,84	2.631,20
117	GARFO LONGO PARA CHURRASCO AÇO INOX COM CABO. FEITO TOTALMENTE EM AÇO INOXIDÁVEL DURÁVEL, LAVÁVEL, RESISTENTE À CORROSÃO E ACIDEZ. COMPRIMENTO: 43 CM. LARGURA: 2,5 CM. ALTURA: 3 CM.	Zamac	61 UND	8,95	545,95
127	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL DE ALTA ROTAÇÃO 4L, INOX, COM SELO DO INMETRO, CONSUMO DE ENERGIA "A"	Bermar	39 UND	608,00	23.712,00
130	LIXEIRA PLÁSTICA 10 L SEM PEDAL	Merconplas	153 UND	8,75	1.338,75
131	LIXEIRA PLÁSTICA 20 L COM PEDAL, NA COR BRANCA	Merconplas	44 UND	57,92	2.548,48

132	PALLET PLÁSTICO VAZADO 1,00M X 1,20M X 15CM BRANCO, MATERIAL LEVE, ATÓXICO E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, SUA QUALIDADE DEVE PERMANECER INALTERADA A ÁCIDOS, GORDURAS, SOLVENTES E ODORES, 3.000 KG DE CAPACIDADE DE CARGA ESTÁTICA, 1.200 KG DE CAPACIDADE DE CARGA DINÂMICA, PESO APROXIMADO 8,5 KG.	Heavy	33 UND	212,58	7.015,14
137	PENEIRA PARA FARINHA EM AÇO INOX 30 CM	Class	48 UND	28,40	1.363,20
139	PIPOQUEIRA COM BOCAL BIDIRECIONADOR, DISPENSA O USO DE ÓLEO, COM TAMPA DOSADORA, BASE ANTIDERRAPANTE, PORTA FIO E BOTÃO LIGA E DESLIGA, CAPACIDADE 100 G DE MILHO POR PREPARO. ALTURA: 31 CM. LARGURA: 16,5 CM. PROFUNDIDADE: 24,3 CM. POTÊNCIA: 1.200W. TENSÃO/VOLTAGEM: 220V.	Mondial	28 UND	215,86	6.044,08
143	PRATOS BRANCOS RASO EM CERÂMICA 25,5 CM DE DIÂMETRO	Duralex	22 UND	10,40	228,80
147	SALEIRO PLÁSTICO COM CAPACIDADE PARA 1 KG DE SAL	Plasvale	29 UND	8,78	254,62
148	TÁBUA DE CORTE EM POLIETILENO, MEDINDO 50X30 CM	Praticóz	77 UND	20,78	1.600,06
149	TAMBOR PLÁSTICO 60 L, COM TAMPA E ALÇAS LATERAIS	Jaguar	44 UND	97,58	4.293,52
152	XÍCARA DE VIDRO PARA CAFÉ, 50 ML, COM PIRES, KIT COM 6 UNIDADES (6 XÍCARAS COM 6 PIRES)	Bugatti	36 KIT	67,18	2.418,48
Valor total:					**196.264,32**

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: O Termo de Referência; O Edital da Licitação; A Proposta da contratada; e os Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será por **12 (doze) meses**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da contratada, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. A Contratada fornecerá o objeto deste Termo de Referência de acordo com a ordem de fornecimento/serviços, acompanhada da nota de empenho e respeitados os seguintes prazos:

3.1.1. O prazo para entrega do objeto será de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da ordem de fornecimento;

3.2. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a contratante e o contratado, os seguintes:

I. Ata de Reunião;
II. Ofício;
III. Ordem de Serviço;
IV. E-mails.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R$ 196.264,32 (cento e noventa e seis mil, duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos).**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos a contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. **Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano** contado da data do orçamento estimado.

7.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste **após o interregno de um ano**, contado a partir da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. Nomear Fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

8.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Fornecimento, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

8.1.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais avençadas;

8.1.4. Receber os itens fornecidos pela CONTRATADA que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

8.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

8.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

8.1.7. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas a execução dos serviços;

8.1.8. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitado pelo preposto da CONTRATADA;

8.1.9. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por intermédio de servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.10. Realizar, no momento da licitação, diligências com o LICITANTE classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;

8.1.11. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos itens fornecidos, fixando prazo para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos; certificando-se que as soluções por ela proposta sejam as mais adequadas;

8.1.12. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento, de acordo com as condições contratuais, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, e no caso de cobrança indevida, glosar os valores considerados em desacordo com o contrato. Após a notificação da glosa, a CONTRATADA terá prazo de 15 (quinze) dias corridos para questionar os valores glosados, sob pena de aceitação da glosa.

8.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos itens fornecidos, após seu recebimento;

8.1.15. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

8.1.16. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do objeto e notificações expedidas;

8.1.17. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

I. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
II. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
III. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

8.1.20. Recusar o recebimento do objeto quando for constatado o não atendimento de qualquer cláusula e/ou descrição contratual/editalícia até que seja sanado o vício.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. São obrigações da Contratada:

9.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990);

9.1.3. Comunicar à contratante, em tempo hábil, os motivos e justificativas que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega, com a devida comprovação;

9.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.1.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante por intermédio de preposto designado para acompanhamento do contrato em até 2 dias úteis, a contar de sua solicitação;

9.1.8. Ter conhecimento do fiscal do contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela contratante, para realizar as solicitações relativas ao contrato a ser firmado;

9.1.9. Apresentar nota fiscal/fatura com a descrição dos serviços fornecidos, nas condições deste Termo de Referência, como forma de dar início ao processo de pagamento pela contratante;

9.1.10. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da fiscalização do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

9.1.11. Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste Termo de Referência.

9.1.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à contratante;

9.1.13. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do fornecimento contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por quaisquer problemas relacionados ao fiel cumprimento do contrato;

9.1.14. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado a Prefeitura de Francinópolis – PI, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.16. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

9.1.17. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo fiscal do contrato terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

9.1.18. Acatar as orientações da contratante, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

9.1.19. Prestar esclarecimentos à contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram à contratada, independente de solicitação;

9.1.20. Comunicar à contratante, por escrito, qualquer anormalidade e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

9.1.21. Sujeitar-se aos acréscimos e supressões contratuais estabelecidos na forma do art. 125 da Lei no. 14.133/2021, quais sejam, alterações quantitativas do contrato de acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato;

9.1.22. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da execução do contrato, sem prévia autorização da contratante;

9.1.23. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;

9.1.24. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

9.1.25. Cumprir outras obrigações que se apliquem, de acordo com o objeto da contratação;

9.1.26. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para execução do objeto.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas a contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
d) **Multa:** A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada conforme os seguintes percentuais:
    I. de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, até o limite correspondente a 10 (dez) dias;
    II. de 0,7% (sete décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 20 (vinte) dias; e
    III. de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

d.1) Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

I. Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;
II. Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e
III. Cometer qualquer infração às normas federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

d.2) Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:
I. Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má-fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;
II. Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

d.3) Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

d.4) Na aplicação das sanções serão observados os procedimentos e prazos constantes nos arts. 157 a 160 da Lei n. 14.133/2021.

d.5) As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a Contratante (art. 156, §9°, da Lei n° 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°, da Lei n° 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n° 14.133, de 2021)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8°, da Lei n° 14.133, de 2021).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei n° 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1°, da Lei n° 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para a Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n° 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n° 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração,

à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.13. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.4.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da contratada pela contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) Indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNID. ORÇ.	CLASS. FUNCIONAL	NAT. DESPESA
02 04	04 122 0002 2009 0000	3.3.90.30.00 4.4.90.52.00
02 06	12 361 0009 2034 0000	
02 06	12 361 0009 2110 0000	
02 06	12 361 0009 2036 0000	
02 10	10 301 0006 2065 0000	
02 10	10 301 0006 2068 0000	
02 10	10 301 0006 2106 0000	
02 11	08 244 0008 2075 0000	
02 11	08 244 0008 2092 0000	
02 11	08 244 0008 2097 0000	
02 11	08 244 0008 2115 0000	
02 11	08 244 0008 2105 0000	3.3.90.30.00
02 11	08 244 0008 2006 0000	
02 11	08 244 0008 2079 0000	
02 11	08 244 0008 2115 0000	

Fontes: FPM, QSE, FUNDEB, FMS, COFINANCIAMENTO ESTADUAL DA SAÚDE, FMS CUSTEIO SUS, FMAS, GBF, GSUAS, PSB, PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, GND-3, PBFE-PAIF E RECURSOS PRÓPRIOS.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7° da Lei n° 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

PARAGRAFO PRIMEIRO – O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

PARAGRAFO SEGUNDO – O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

PARAGRAFO TERCEIRO – O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual. De acordo com o Art. 117 da Lei 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei n° 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n° 14.133, de 2021.

16.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá a contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Elesbão Veloso – PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Francinópolis – PI, 01 de julho de 2026.

Antonio Luiz Dantas da Fonsêca
Prefeito de Francinópolis – PI
CONTRATANTE

HENDREWEL FERREIRA NUNES:02560333317
Assinado digitalmente por HENDREWEL FERREIRA NUNES:02560333317
ND: C=BR, CN=HENDREWEL FERREIRA NUNES:02560333317, O=ICP-Brasil, OU=AC Syngular/D Multipla
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.07.01 09:54:55-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2026.1.1

Hendrewel Ferreira Nunes
Representante Legal
CONTRATADA

TESTEMUNHAS (dispensadas em caso de assinatura eletrônica):

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

Id:0B6226673E4BB02E

Prefeitura de Francinópolis

EXTRATO DE CONTRATO

Procedimento: Pregão Eletrônico nº 006/2026
Processo Administrativo: 042/2026-PMF/PI
Ato: Contrato Administrativo nº 053/2026-PMF/PI
Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e utensílios de cozinha para atender necessidade das secretarias do Município de Francinópolis – PI.
Contratada: DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL
CNPJ: 40.223.106/0001-79
Contratante: Prefeitura de Francinópolis/PI
Valor total do contrato: R$ 5.920,20 (cinco mil, novecentos e vinte reais e vinte centavos).
Data da assinatura: 01/07/2026 **Vigência:** 12 (doze) meses
Recursos: FPM, QSE, FUNDEB, FMS, COFINANCIAMENTO ESTADUAL DA SAÚDE, FMS CUSTEIO SUS, FMAS, GBF, GSUAS, PSB, PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, GND-3, PBFE-PAIF E RECURSOS PRÓPRIOS.
Informações: Sala da Comissão Permanente de Licitações da PMF/PI.

Antonio Luiz Dantas da Fonsêca	**Ligiane Paula Giacomel Izycki Haiduki**
Prefeito de Francinópolis – PI	Representante Legal
Contratante	Contratada

Id:0471CB0D6A99B033

Prefeitura de Francinópolis

EXTRATO DE CONTRATO

Procedimento: Pregão Eletrônico nº 006/2026
Processo Administrativo: 042/2026-PMF/PI
Ato: Contrato Administrativo nº 055/2026-PMF/PI
Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e utensílios de cozinha para atender necessidade das secretarias do Município de Francinópolis – PI.
Contratada: MJS ATACADO E VAREJO LTDA
CNPJ: 35.645.432/0001-34
Contratante: Prefeitura de Francinópolis/PI
Valor total do contrato: R$ 232.930,53 (duzentos e trinta e dois mil, novecentos e trinta reais e cinquenta e três centavos).
Data da assinatura: 01/07/2026 **Vigência:** 12 (doze) meses
Recursos: FPM, QSE, FUNDEB, FMS, COFINANCIAMENTO ESTADUAL DA SAÚDE, FMS CUSTEIO SUS, FMAS, GBF, GSUAS, PSB, PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, GND-3, PBFE-PAIF E RECURSOS PRÓPRIOS.
Informações: Sala da Comissão Permanente de Licitações da PMF/PI.

Antonio Luiz Dantas da Fonsêca	**Marcos Jaziel dos Santos**
Prefeito de Francinópolis – PI	Representante Legal
Contratante	Contratada

Id:073855FE25ADB031

Prefeitura de Francinópolis

EXTRATO DE CONTRATO

Procedimento: Pregão Eletrônico nº 006/2026
Processo Administrativo: 042/2026-PMF/PI
Ato: Contrato Administrativo nº 054/2026-PMF/PI
Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e utensílios de cozinha para atender necessidade das secretarias do Município de Francinópolis – PI.
Contratada: EMPÓRIO B2G LTDA
CNPJ: 65.012.235/0001-49
Contratante: Prefeitura de Francinópolis/PI
Valor total do contrato: R$ 196.264,32 (cento e noventa e seis mil, duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos).
Data da assinatura: 01/07/2026 **Vigência:** 12 (doze) meses
Recursos: FPM, QSE, FUNDEB, FMS, COFINANCIAMENTO ESTADUAL DA SAÚDE, FMS CUSTEIO SUS, FMAS, GBF, GSUAS, PSB, PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, GND-3, PBFE-PAIF E RECURSOS PRÓPRIOS.
Informações: Sala da Comissão Permanente de Licitações da PMF/PI.

Antonio Luiz Dantas da Fonsêca	**Hendrewel Ferreira Nunes**
Prefeito de Francinópolis – PI	Representante Legal
Contratante	Contratada

Id:05D51085C823B03A

Prefeitura de Francinópolis

EXTRATO DE CONTRATO

Procedimento: Pregão Eletrônico nº 006/2026
Processo Administrativo: 042/2026-PMF/PI
Ato: Contrato Administrativo nº 056/2026-PMF/PI
Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e utensílios de cozinha para atender necessidade das secretarias do Município de Francinópolis – PI.
Contratada: MP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 45.854.434/0001-97
Contratante: Prefeitura de Francinópolis/PI
Valor total do contrato: R$ 83.001,05 (oitenta e três mil e um reais e cinco centavos).
Data da assinatura: 01/07/2026 **Vigência:** 12 (doze) meses
Recursos: FPM, QSE, FUNDEB, FMS, COFINANCIAMENTO ESTADUAL DA SAÚDE, FMS CUSTEIO SUS, FMAS, GBF, GSUAS, PSB, PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, GND-3, PBFE-PAIF E RECURSOS PRÓPRIOS.
Informações: Sala da Comissão Permanente de Licitações da PMF/PI.

Antonio Luiz Dantas da Fonsêca	**Marcos Pereira da Silva**
Prefeito de Francinópolis – PI	Representante Legal
Contratante	Contratada